





Entrevista

FERNANDO PACHECO:
Eu não entendo o desenvolvimento sustentável
sem uma componente humana e institucional



Fernando Pacheco

Eu não entendo o desenvolvimento sustentável sem uma componente humana e institucional

Entrevista conduzida por **António Jacinto Rodrigues**

31 de Julho de 2009, Luanda

Entrevistamos o Engenheiro Fernando Pacheco, fundador e actual presidente da Assembleia Geral da ADRA que nos deu uma panorâmica sobre a génese desta ONG – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental.

Descreveu, em traços largos, a metamorfose desta instituição. Face às sucessivas mudanças político-sociais em Angola, explicitou uma metodologia “passo a passo”, com uma contínua pilotagem através de balanços permanentes ao funcionamento da instituição. A ADRA, afirma-se como uma instituição autónoma e em constante diálogo com a sociedade civil e o governo.

Jacinto Rodrigues (JR) – No seguimento dos artigos que tem escrito, onde reflecte sobre as questões do crescimento e desenvolvimento sustentável, que perspectivas é que há, em Angola, sobre estes assuntos?

Fernando Pacheco (FP) – O Governo Angolano, e as elites em geral, estão a apostar no crescimento acelerado da economia. Até ao momento, as tentativas parecem apontar para a restauração do modelo de crescimento económico existente antes da independência. Hoje, a economia angolana, estimulada pelo aumento do preço do petróleo, tenta desenvolver para patamares que a possam tornar exemplo em África e no mundo. A ideia é, agora, tornar Angola num dos países emergentes da economia mundial.

Há mais ou menos três anos, o presidente da República fez um discurso marcante neste sentido dizendo que era fundamental para Angola que nos próximos vinte anos atingisse o grau de crescimento do Brasil e da África do Sul. Ora, na minha opinião, isto é uma super-avaliação das nossas capacidades. Por exemplo: se isso pode ser possível em termos de infra-estruturas, no que diz respeito, por exemplo, à investigação, Angola está a anos-luz da África do Sul. A nossa política de educação e de investigação é errática.

JR – Em traços gerais, quais os erros que encontra nessa política?

FP – Como mencionei, Angola está a investir muito em termos de infra-estruturas. Eu não entendo o desenvolvimento sustentável sem uma componente humana e institucional. Esta política tem-se traduzido, em primeiro lugar, na falta de investimento na instrução pré-primária e primária, a qualidade do ensino nestes níveis é extremamente baixa. Existe falta de qualificação pedagógica dos professores no país, o que origina desigualdades sociais graves, já que uma criança que estude num colégio privado em Luanda tem outras condições para se desenvolver. Há uma grande clivagem entre o interior do país e a periferia de Luanda comparando-as com certas instituições de Luanda.

No ensino superior, existe ainda um conjunto maior de erros de política educativa. Abriam-se sete ou oito Universidades públicas com uma qualidade de ensino muito baixa. Iniciou-se uma reforma educativa, teoricamente interessante, mas as condições de aplicação são muito débeis. Nunca há números, mas a percentagem de escolas que estão envolvidas na reforma de forma séria, é muito baixa. E sem isso, é impossível um desenvolvimento sustentável.

Mas para além do problema da educação, há o problema da investigação. Em Angola, a investigação é um parente pobre. Investe-se muito pouco, muito pouco mesmo, e o pouco que se investe é mal investido.

JR – E o que se sabe, na educação em geral, é que os investimentos na área da investigação são fundamentais. É aí, que se permite recolher frutos para desenvolver a restante educação e o país.

FP – É tão elementar essa conclusão, que um jornalista perguntou-me há tempos qual era a quantidade de terra arável e de agricultores em Angola e eu respondi-lhe que não sabia, nem ninguém sabe! Isto são coisas básicas. Ainda temos o problema da estatística. Em Angola, a estatística é um desastre. Não sabemos realmente quantas pessoas habitam na área de Luanda, por exemplo.

JR – Agora mudando de assunto, como fundador

da ADRA, gostaria que explicasse a sua génese...

FP – Antes gostaria de voltar ao desenvolvimento sustentável: em termos de agricultura estamos a cometer erros graves, já que estamos a aplicar o modelo brasileiro do agronegócio que consiste na criação de grandes fazendas sem termos condições para tal. Para além dos efeitos ambientalmente terríveis, há o problema da própria capacidade para o fazer. Angola não tem agrónomos e técnicos para fazer isto. Mas existe a ilusão de que é possível, em vez de se apoiar agricultura familiar. Isto criará problemas sociais terríveis. Em primeiro lugar, o problema da terra e dos conflitos com os proprietários: não sendo possível aos angolanos gerirem este tipo de empreendimentos, vão cair nas mãos de estrangeiros, com todas as consequências económicas, sociais e políticas que constituem o projecto insustentável do ponto de vista do desenvolvimento.

ADRA – Historial

Em 1990 a então longa guerra civil parecia aproximar-se do fim, o regime político dava sinais de abertura, questionavam-se os caminhos então seguidos, enfim, o momento era favorável à interrogação e à transformação e encorajava a realização de novos projectos.

Influenciado por esse contexto, um pequeno grupo de pessoas decidiu criar uma organização não governamental, que tivesse por missão genérica e imediata a ajuda as populações afectadas pela guerra a reconstruir as suas vidas num ambiente de paz. Porém, desde logo ficou claro que o propósito da ADRA não seria apenas a intervenção comunitária, mas uma outra, mais ampla, que pressupunha uma contribuição à criação de uma sociedade civil dinâmica e activa, capaz de influenciar os processos políticos que se desenhavam.

Em fins de 1992 recomeçou a guerra civil e a ADRA foi obrigada a adaptar-se à mudança de contexto. Assim, em várias regiões a ADRA iniciou projectos de emergência procurando ajudar esses novos “beneficiários” a recuperar um certo equilíbrio sócio-psicológico e emocional (através da garantia de condições mínimas de alimentação, vestuário e assistência de saúde) e, paralelamente, na procura de meios que permitissem uma auto-sustentabilidade progressiva através da promoção da actividade agrícola e da promoção de actividades de auto-emprego e geração de rendimentos familiares, e, ainda, da reconstrução de escolas que permitissem às crianças possibilidade de estudar.

Após novo acordo de paz, em fins 1994, a ADRA iniciou a transformação paulatina da maior parte desses projectos de emergência estabelecendo uma linha de trabalho que visava o regresso das populações às suas áreas de origem e a reconstrução das antigas comunidades, tanto do ponto de vista material (residências, infra-estruturas, produção agrícola) como não-material (lideranças, instituições comunitárias, escolas). Nessas áreas de intervenção a actividade de educação e ensino ganhou nova dimensão através do Programa Onjila.

O crescimento e as necessidades decorrentes da sua gestão conduziram (a partir de 1995) à reflexão e concepção de um modelo estratégico de desenvolvimento da Organização e da

evolução do seu relacionamento institucional – os Programas de Desenvolvimento Institucional descentralizados que contemplavam, para além dos aspectos inerentes à intervenção, outros relacionados com a sua organização interna e com a profissionalização dos seus quadros. Assim a ADRA iniciou em 1997 um processo de descentralização com transferência negociada de poderes da Sede, em Luanda, para as províncias (Antenas), tendo em vista uma maior autonomia destas, a maior participação dos actores envolvidos e o aperfeiçoamento da democracia, o que implica a partilha da gestão de recursos e pressupõe a existência de vontade, capacidade e responsabilidade de todas as partes.

No ano de 2003, na sequência do processo pensamento estratégico, que teve início em 2001, a Assembleia Geral Extraordinária definiu que os próximos cinco anos deveriam ser dedicados principalmente ao fortalecimento da integração institucional mantendo, entretanto, as estruturas locais (Antenas) como entidades autónomas, tendo como objectivo a conclusão do processo de descentralização através da consolidação de um equilíbrio entre a garantia de unidade institucional, por um lado, e um grau considerável de autonomia das Antenas, por outro. Esta opção expressa o valor de uma organização única e politicamente unificada e integrada do ponto de vista organizacional e da gestão. Com base nessa opção e na recomendação da Assembleia Extraordinária, foi elaborado em 2004 o Plano Estratégico para um período de cinco anos. Todo este processo foi muito rico e absorvente, tendo permitido uma ampla participação dos trabalhadores e a apropriação da ideia da organização, sua visão e missão, valores e história, e um melhor e mais geral entendimento das fraquezas e das dificuldades e, sobretudo, da complexidade da organização.” Texto oficial da ADRA.

Os fundadores da ADRA foram:

1. **Fernando Pacheco** – nascido no Kwanza-Sul em 1949, agrónomo. É desde o início o principal responsável da ADRA, sendo actualmente o seu Presidente.
2. **Félix Matias Neto** – Nascido em Luanda, em 1950, economista, dissidente do MPLA em 1977. Mais tarde foi Director do Departamento de Novas e Renováveis Fontes de Energia e Director Nacional de Águas. Está desligado desde 1994 e teve sempre pouco protagonismo.
3. **Lopo do Nascimento** – Nascido em Luanda, com 61 anos de idade, dirigente do MPLA ente 1974 e 1998. Foi Primeiro Ministro de Angola de 1975 a 1978, Ministro do Planeamento, do Comércio e da Administração do Território. Foi também Governador da Província da Huíla e foi nessa altura que abraçou o projecto ADRA. Desde 1993, embora não se tenha desligado, tem tido pouco protagonismo.
4. **Filomena Pestana** – Natural da Ganda, Benguela, com 45 anos de idade, licenciada em Ciências Sociais (Psicologia). Trabalhou como educadora de infância durante muitos anos.
5. **José Amaro Tati** – Nascido em Cabinda de 42 anos de idade, agrónomo. Foi professor de Agricultura na Faculdade de Ciências Agrárias. Já depois de fundar a ADRA e ter feito parte do staff, foi Vice-Ministro da Agricultura e Governador de Cabinda. É actualmente Governador do Bié.
6. **Filomena Andrade** – Nascida no Kwanza Sul, 44 anos de idade, gestora, com frequência do curso de economia e longos anos de trabalho na área de informação. Fez estudos na área de sociologia e desenvolvimento organizacional com um trabalho publicado. Foi Directora Executiva da ADRA de 1991 a 1997 e Directora de Estudos e Formação (1997-2000). Foi também Secretária Geral do Conselho Directivo ADRA (1993-2003).

JR – Mas voltando então á questão anterior: qual génese da ADRA e como se caracteriza o seu funcionamento na perspectiva da relação com o estado e sociedade civil, e as dificuldades encontradas.



20

A ADRA pretende contribuir desta forma para o processo democrático e para o exercício da cidadania, visando a constante melhoria das condições de vida das populações e a sua transformação numa organização mais sustentável.



21

FP – A ADRA foi criada no momento em que pensávamos que Angola se encontrava no caminho da Paz. Estavam a decorrer as negociações com a UNITA, em 1991, e tínhamos fortes indicadores de que o país ia entrar no bem caminho. A ADRA foi assim criada na ilusão de ajudar Angola a desenvolver-se de acordo com as ideias, que já expressei, de desenvolvimento sustentável. Desenvolver Angola, de uma perspectiva política diferente da do tempo colonial e, mais recentemente, da do partido único, que era muito dependente do petróleo. A ideia era contribuir para uma sociedade mais justa, mais participativa, o que chamávamos de desenvolvimento democraticamente sustentável. A perspectiva era essa mas, entretanto, recomeça a guerra.

Na altura não havia ONG'S em Angola. A ideia dos três iniciadores (o Lopo do Nascimento, o Matias Neto e eu) foi criar uma organização voltada para o futuro, com ideias novas e soluções que se aplicassem de forma correcta. Nunca esperámos milagres, mas a ADRA ajudou a criar centenas de outras organizações sociais e cívicas espalhadas por Angola. Não só pelo nosso exemplo, mas pela ajuda concreta que dêmos.

Tentámos contribuir para um reforço das instituições do Estado e da própria sociedade civil, aproximando-as através do diálogo, algo que ainda hoje tem impacto em Angola, fortalecendo o processo democrático que Angola está hoje a viver.

Estes objectivos pretendem ser desenvolvidos, sobretudo a partir do nosso Programa de Desenvolvimento Rural, prestando-se uma particular atenção às dimensões económica, organizacional e institucional e política.

A ADRA desenvolveu muitos dos seus objectivos a partir do trabalho e projectos comunitários. Temos hoje exemplos em Angola vários projectos em andamento com a aplicação do micro-crédito. Hoje existem várias organizações comunitárias que trabalham em rede e que, à sua escala, têm a possibilidade de dialogar com a administração e influenciar as suas políticas. Estamos assim a contribuir para o processo de descentralização que não existia no tempo do partido único. Hoje o estado angolano está a descentralizar-se embora com passos ainda lentos. Os trabalhos que hoje fazemos, ao nível do Município, é fundamental porque é a este nível que se dá o encontro entre as redes comunitárias e administração central.

JR – É então um contributo da base para o topo e não o contrário?

FP – Exactamente. É a este nível que se encontram estes dois processos com a realização de acções interessantes de diálogo entre as sociedades tradicionais e o Estado, criando-se opções novas de intervenção, no fundo, cria-se um novo conceito de cidadania. Estamos a viver uma

NOTAS DO CADERNO DE INVESTIGAÇÃO DE JACINTO RODRIGUES A VÁRIAS ANTENAS DA ADRA EM ANGOLA - 2009

16 a 18 de Julho

Ao chegar à antena da ADRA, em Malange, tivemos uma pequena conversa com Tuia Boaventura. Este membro da ADRA, de origem cabo-verdiana, é um conhecido ex-jogador de futebol. Agora, com 69 anos, é um animador social conceituado. A sua actividade na ADRA é já longa. Participou em vários projectos de plantações e tem promovido a organização de camponeses no trabalho comunitário.

Falou-nos das propostas da ADRA: micro-crédito, troca directa, multiplicação de plantas. Referiu situações em que a participação da ADRA exerceu mudanças de mentalidade: onde havia discriminação começava agora a haver a participação de mulheres, na Nmbanza. As Associações permitiam uma melhor organização dos processos de mudança. Tuia conta, na metáfora do seu discurso: “O homem, quando volta para casa no fim de um dia de trabalho, deposita na carga de lenha que a mulher carrega, o seu casaco...”

Revela assim a dupla exploração da mulher que, depois do trabalho de sol a sol, continua com o fardo de todas as actividades na casa.

No carro seguimos até ao Lombe, atravessando esta sede do município. Fomos a Kinglês buscar o Regedor. A aldeia era pobre e filmei um pouco essa realidade. Construíra-se uma latrina mas estava mal feita e por isso não era utilizada. Levamos o Regedor e outras pessoas, nomeadamente uma mulher. Durante a viagem gravei pequenos excertos duma conversa com o Tuia e com o senhor Fernando, animador local da ADRA e formador de quadros.

Dirigimo-nos à Missão de Zinguela, local onde ia decorrer a reunião com a população. Espreitamos um pouco a aldeia de Zinguela e observamos a importância do furo da água com uma pequena bomba manual. Mulheres e crianças, com vasilhas de plástico de múltiplas cores, juntavam-se à volta deste fio de água, manancial de vida de toda a aldeia. As palhotas de adobe seguiam-se em linha, criando um labirinto em torno de algumas árvores dispersas.

As crianças brincavam com arcos de barris e pequenas caixas de cartão.

A população que vinha à reunião chegava aos poucos e quando a sessão começou, já havia uma hora de atraso.

O Tuia Boaventura deu as boas-vindas. Para criar um clima de bonomia, referiu uma caixa com gasosas que trouxera para a pausa do meio-dia. Depois começou a discussão. Tio Pedro, um dos mais velhos, incitou à participação e o Sr. Fernando, que escrevinhara um esquema em grandes folhas de papel, fixou-as à parede caracterizando assim o plano para a discussão:

1. Quais eram as intenções da população para o trabalho nos próximos dois meses;
2. Qual fora o trabalho realizado nos últimos dois meses;
3. Quais tinham sido as dificuldades encontradas.

Após uma longa discussão marcada por diferentes posições onde, a par do irrealismo de alguns, que pretendiam construir 8 latrinas e 3 sachas em 2 meses, o Tio Pedro chamava a atenção para o tempo escasso que faltava para o próximo planeamento e a postura de “mais olhos que barriga” que não levava em consideração a débil organização dos grupos e a pouca capacidade de trabalho dos membros do fórum, revelada nas experiências anteriores.

O Fernando assinalava as novas propostas, nas grandes folhas de papel, fixadas ao muro.

E tentava gerir a dificuldade de alguns participantes futurarem, com realismo, os desejos e as aspirações que manifestavam.

Demo-nos conta das dificuldades de encontrar processos eficazes de transportar a população que vive numa forma dispersa, para o local da reunião. Também constatamos a dispersão e a falta de pontualidade (dificuldade organizativa) dos participantes. Notamos ainda que a participação das mulheres era diminuta, mercê eventual de alguns preconceitos arraigados.

Outra característica observada tinha a ver com a maneira difícil de encarar o planeamento, isto é, as etapas futuras dum processo, uma vez que a força concreta do presente impedia a visualização das etapas futuras. A articulação das necessidades do presente e das aspirações do futuro terão de ser trabalhadas através dum acção pedagógica mais eficaz.

21 de Julho

Partimos, com o Dr. Álvaro Pereira que prosseguia as suas investigações sobre a ADRA em vista do seu doutoramento, para o Dombe Grande, conduzidos pelo Zeferino, jovem professor de música na Igreja Protestante e condutor da ADRA, tendo sido o nosso cicerone nesta viagem.

O Dombe Grande estrutura-se em torno dum pequena cidade industrial, espécie de utopia do séc. XIX centrada numa açucareira. As terras, os armazéns, a imensa estrutura industrial, o hospital, a maternidade, o balneário e a fonte são pontos estruturais dum localidade que fez a sua metamorfose em várias décadas, tendo-se consolidado com uma produção de açúcar onde laboraram cerca de 7 mil a 8 mil trabalhadores, nos anos 60 e 70 do século XX. Nos anos 80, com a guerra civil, a desestruturação do aparelho industrial e a nova reorganização com a chegada de refugiados da guerra, foi necessário dar início a um processo de sustentabilidade a partir de uma nova agricultura que permitisse a sobrevivência de milhares de desalojados.

Estivemos reunidos na sede do NRA (Núcleo Representativo das Associações) com o António Cachilongo, Abel Kualhica e João Alberto Segunda.

Após uma breve conversação, onde se explicitaram alguns problemas da localidade do Dombe, fomos visitar os campos de cultivo onde as associações procuram ajudar as populações em sementes, formação técnica e microcrédito.

A situação, nesta área do Dombe Grande, é particularmente sensível. Neste momento existe uma organização social dos camponeses que articula interesses comunitários com os interesses familiares, numa cooperação que a ADRA conseguiu implantar, gerando-se um clima de maior justiça social. Com a eventual introdução da monocultura de bananas da Multinacional Chiquita, pode prever-se a desestruturação desta experiência e o aparecimento abrupto de convulsões sociais, com resultados imponderáveis.

metamorfose na sociedade angolana e estamos a contribuir, fundamentalmente, para o que caracteriza o projecto ADRA: a cidadania. Falo em cidadania e não em democracia porque não acredito em democracias impostas do exterior ou pelas elites. A democracia é um processo que tem de ser construído pelos cidadãos.

JR – O micro-crédito teve então um papel fundamental na realização dos projectos comunitários?

FP – Inicialmente, as tentativas foram eliminar os problemas da fome que afectava as populações. Posteriormente, era preciso consolidar o trabalho. O micro-crédito funcionou como alavanca para tal. Acabar com o assistencialismo do Estado e dar meios para as populações se auto-definirem. Um exemplo disto é o projecto de crédito Greater Plutónio nas Províncias do Huambo e Benguela, criado na perspectiva de um processo de apoio ao desenvolvimento das

comunidades, particularmente as do meio rural, visando a sua autonomia. Prevê, em decorrência do reforço da capacidade de gestão, que as comunidades, através das suas organizações e instituições possam gradualmente ir se relacionando de forma directa com o Banco, tendo acesso ao fundo de crédito, e assim contribuir para o combate à pobreza e exclusão social, influenciando processos democráticos e de mudança, rumo ao desenvolvimento sustentável.

JR – Quais os objectivos futuros da ADRA?

FP – Em primeiro lugar, apostar na investigação e na informação. É necessário uma maior divulgação das nossas experiências. É preciso passar todos estes anos de trabalho para o papel e divulgar o que se está a fazer em concreto. Falta-nos ainda os meios financeiros para sermos uma associação sólida, com visibilidade nacional e internacional.

